

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP**CNPJ/MF: 62.577.929/0001-35****NIRE: 3530001003-5****Ata de Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, Realizada em 15 de julho de 2025**

DATA/HORA E LOCAL: Aos 15 dias do mês de julho de 2025, às 10 horas, foi realizada a Reunião do Conselho Fiscal em formato híbrido, por videoconferência pela plataforma Microsoft Teams, e presencialmente, na Sede da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, situada na Rua Águeda Gonçalves, 240, CEP: 06760-900, Município de Taboão da Serra, Estado de São Paulo.

PRESENCAS: Participação dos membros em exercício, conforme descritos: Membros do Conselho Fiscal: TARCILA PERES SANTOS, LUZIA VALÉRIA SARNO; MAURÍCIO BARUTTI DE OLIVEIRA; WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO; ROBERTO CÉSAR DE OLIVEIRA VIÉGAS. SANDRA MARINALVA DA SILVA SOARES, Assessora do Escritório de Governança (**CDEG**), na qualidade de secretária da reunião. Os membros do Conselho Fiscal receberam a convocação da reunião e os respectivos documentos por meio da Plataforma Atlas Governance.

CONVIDADOS: GLAUBER ALEIXO FREDIANI, Gerente da Controladoria (**CTR**); PRISCILLA DE ASSIS PARADA (**SGV**); CÍNTIA ANDRADE SOARES DO PRADO BELCHIOR, Coordenadora de Riscos, Controles Internos e Integridade (**CRIN**); PÉRICLES COUTINHO, Superintendente de Gestão de Contratos e Serviços (**SCS**); JORGE LUIZ DE SOUZA, Gerente de Licitações e Suporte Administrativo (**GLS**); CARLOS CESAR LUCAS DIAS, Assessor Técnico de Negócios Estratégicos e Acordos Operacionais (**AEX1**); RICARDO ARAGÃO DE ARAÚJO, Superintendente de Sistemas Detran (**SGD**); PEDRO AUGUSTO CHIBEBE WALLER, Gerente de Recursos Humanos (**GHU**)

REGISTRE-SE EM ATA a comunicação formal da Sra. **Tarcila Peres Santos**, Conselheira Presidente do Conselho Fiscal da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp, acerca de sua **renúncia ao cargo de Presidente**, com efeitos a partir de **16 de julho de 2025**. A Conselheira informou que os membros do Conselho conduzirão, nos próximos dias, a indicação de um Presidente Interino, a fim de assegurar a continuidade dos trabalhos do Conselho até a nomeação definitiva de novo titular. Por fim, foram consignados os agradecimentos à Sra. **Tarcila Peres Santos** pelos serviços prestados, destacando seu compromisso com a integridade e a transparência na condução dos trabalhos do colegiado.

ORDEM DO DIA:

1. Leitura da Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal realizada em 17 de junho de 2025.

Na Reunião Ordinária do Conselho Fiscal realizada em 15 de julho de 2025, foi realizada a leitura da Ata referente à reunião anterior, ocorrida em 17 de junho de 2025, a qual foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes.

2. Ciência da posição econômica e financeira da Companhia: (atendimento aos itens 4.1, 4.2 e 4.3 do planejamento anual do CF)

a) Resultados acumulados - até junho/2025; b) Contas a Receber; c) Fluxo de Caixa

O Sr. Glauber Aleixo Frediani, Gerente da Controladoria, apresentou ao Colegiado a posição econômica e financeira da Companhia até 30 de junho de 2025, em atendimento ao Planejamento Anual do Conselho Fiscal. A apresentação abrangeu os resultados acumulados até junho/2025, a situação das contas a receber e a posição do fluxo de caixa da Companhia.

Em relação aos **resultados acumulados**, a Companhia apresentou desempenho superior ao previsto, com receita bruta de [REDACTED] bilhão frente ao orçamento de [REDACTED] bilhão, ou seja, [REDACTED] milhões acima do esperado. O lucro líquido foi de [REDACTED] milhões, revertendo o prejuízo orçado de [REDACTED] milhões. O lucro bruto também apresentou melhora expressiva: [REDACTED] milhões contra [REDACTED] milhões orçados.

No item **Contas a Receber**, foi informado que o saldo total permanece elevado, com destaque para o montante de [REDACTED] milhões devidos pelo DETRAN, considerado o principal ponto de atenção. Além disso, há outros grandes devedores, como SAA, Saúde, DER, Agricultura e SEDUC, com valores significativos em atraso, mas com baixa liquidez e ações judiciais em andamento. A Controladoria informou que as notificações encaminhadas a esses órgãos resultaram, até o momento, em retorno parcial, com justificativas relacionadas a evidências e documentos pendentes. Embora o acompanhamento seja contínuo e próximo, não se espera uma recuperação substancial desses créditos no curto prazo.

Quanto ao **Fluxo de Caixa**, o cenário permanece desafiador. Em 30 de junho de 2025, o saldo de caixa ajustado era de apenas [REDACTED] milhões, após deduzidos os [REDACTED] milhões referentes a fornecedores cujos contratos não possuem receita vinculada. A projeção para os meses seguintes é de déficit, com saldo ajustado negativo de [REDACTED] milhões em agosto e [REDACTED] milhões em setembro. A expectativa de melhora ocorre somente a partir de setembro, com previsão de recebimento relacionado ao contrato de coleta biométrica.

A Diretoria informou que tem adotado como estratégia a retenção de pagamentos a fornecedores que não estão diretamente associados a receitas contratadas, priorizando a manutenção do equilíbrio mínimo de caixa. Contudo, o Conselho **manifestou preocupação** com os impactos dessa prática, especialmente sobre fornecedores menores e sobre a prestação contínua de serviços essenciais, inclusive diante de riscos de paralisação e danos à imagem institucional da Companhia.

Diante desse contexto, o Conselho Fiscal **solicitou** à Gerência de Controladoria a apresentação, para a próxima reunião ordinária, um **plano detalhado** contendo os critérios adotados para a retenção de pagamentos e uma avaliação dos riscos associados, incluindo o impacto na continuidade dos serviços essenciais e na relação com o Governo do Estado.


LS
41940
SS
39619
RCOV
45134
MO
41932

Adicionalmente, o Conselho **sugeriu** que seja avaliado a possibilidade de solicitar apoio financeiro emergencial à Secretaria da Fazenda, visando mitigar o déficit de caixa projetado para os meses críticos. **Recomendou** também que sejam priorizados os pagamentos a fornecedores essenciais e de menor capacidade financeira para evitar prejuízos operacionais.

Por fim, o Conselho agradeceu as informações expostas, **ressaltando** a importância da continuidade do acompanhamento sistemático das **contas a receber** e do fluxo de caixa, bem como comunicação imediata de alterações relevantes nas projeções financeiras ou riscos operacionais associados.

3. Ciência sobre o monitoramento das Metas Corporativas 2025, até a competência de junho de 2025 (em atendimento ao Item 12.1 do Planejamento Anual do CF)

Os membros do Conselho Fiscal tomaram conhecimento, por meio da Sra. Priscilla de Assis Parada, Superintendente de Estratégia e Governança, do painel consolidado de acompanhamento das metas corporativas da Companhia até a competência de junho de 2025, conforme previsto no Planejamento Anual do Conselho Fiscal. A apresentação teve como foco principal os indicadores em estado de atenção (**sinal amarelo**) e crítico (**sinal vermelho**), com destaque para o detalhamento das causas, riscos e respectivas ações mitigadoras em curso.

Foi informada a situação da meta 1, relativa à pesquisa de satisfação de clientes, que se encontra em atenção devido a atraso no cronograma, em função da nova exigência de consulta prévia ao SEAD, cujo orçamento apresentado se mostrou superior ao praticado anteriormente, sendo necessária a realização de novas pesquisas de preço para garantir economicidade. A meta 7, que trata da venda de soluções baseadas em dados, atingiu até junho o montante de [REDACTED] milhões, representando [REDACTED]% da meta anual. Apesar da expectativa de incremento com a entrada de cerca de 6 mil novos clientes por meio do Portal Detran, foi ressaltada a necessidade de aceleração na oferta de novas APIs para impulsionar os resultados. A meta 10, referente à prospecção de novos clientes na dimensão de dados, registrou 1.133 clientes até o momento, frente à meta de 4 mil até o fim do exercício. Os clientes são considerados com base em novos contratos firmados, vinculados a CPF ou CNPJ, conforme explicado pela área comercial.

No que tange à meta 11, de disponibilidade de sistemas, foi reportado que a meta se mantém em nível crítico, com impacto acumulado nos meses de março e abril, apesar da melhoria observada em maio e junho. Os principais ofensores no período foram os sistemas CNH, SPJ e Valid IIRGD. A Superintendência informou a criação de um comitê de GMUDs como resposta à necessidade de maior controle das mudanças nos sistemas, e ficou de verificar junto às áreas técnicas se há relação entre a indisponibilidade recorrente e eventuais alterações contratuais ou retenções de pagamento, conforme questionado pelo Colegiado.

A meta 15, que trata do avanço na maturidade em cibersegurança com base no modelo NIST, teve primeira medição em [REDACTED], estando ainda em atenção. Uma nova avaliação será feita em julho. A meta 16, voltada à Lei do Bem, registrou a validação de 3 projetos inovadores até junho e há perspectiva de avanço para 8 a 10 projetos até julho. Um workshop com a ANPEI está programado para setembro, a fim de reforçar o engajamento das equipes e estimular o envio de projetos com potencial inovador.



No campo financeiro, o Conselho foi informado de que a meta de caixa apresenta resultado crítico, com saldo de apenas [REDACTED] milhões em junho, frente à meta de [REDACTED] milhões. Segundo a Diretoria, o resultado decorre principalmente de desembolsos relacionados ao pagamento do PBR e da primeira parcela do 13º salário. A equipe financeira já vem conduzindo reuniões para identificar formas de recompor o caixa, sendo esse um ponto de elevada atenção estratégica.

Diante do exposto, o Conselho Fiscal tomou **ciência** do conteúdo apresentado e **solicitou** à Superintendente de Estratégia e Governança que mantenha o Conselho atualizado mensalmente sobre as metas em **atenção** ou **situação crítica**, com detalhamento dos respectivos planos de ação; bem como sugeriu que a Diretoria Executiva priorize medidas corretivas nas metas de disponibilidade de sistemas, cibersegurança e performance financeira, com destaque para reforço de equipe técnica, revisão contratual e ações emergenciais de recomposição de caixa; **Solicitou**, ainda, que na próxima reunião seja informado se há relação comprovada entre as instabilidades sistêmicas e as alterações nos contratos com fornecedores; e, por fim, agradeceu ao teor apresentado, **reforçando** a importância da atuação integrada entre as áreas técnicas e de negócios para o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia.

4. Ciência sobre o Top 10 - Riscos Estratégicos

Com base no conteúdo e nas exposições realizadas pelas Sras. Priscilla de Assis Parada, Superintendente de Estratégia e Governança, e Cíntia Andrade Soares do Prado Belchior, Coordenadora de Riscos, Controles Internos e Integridade, os membros do Conselho Fiscal tomaram ciência da apresentação conduzida sobre a atualização do mapeamento dos “**riscos estratégicos da Companhia**”, em atendimento à solicitação do Conselho de Administração. A equipe inicialmente levou uma proposta de **17 riscos para o Conselho de Administração**, que solicitou um aprofundamento com foco em riscos que afetam diretamente os processos da Companhia. A partir disso, foi realizada uma série de entrevistas com cada um dos diretores, onde se buscou compreender, entre outros pontos, quais riscos mais preocupavam a alta direção.

Com base nas entrevistas realizadas, foi feita a compilação dos resultados, elencando-se os “**10 principais riscos estratégicos da Companhia**”. Esses riscos foram alinhados aos objetivos estratégicos da organização e inseridos na ferramenta Perinity, sob gestão da Gerência de Riscos, Controles Internos e Integridade - GRC. Em seguida, foi realizada uma avaliação interna de impacto e probabilidade, o que permitiu identificar o nível de criticidade de cada risco. O material foi então apresentado à Diretoria Executiva, sendo feitos pequenos ajustes nos títulos e na posição de alguns riscos. Está prevista, ainda, a realização de uma priorização, com o objetivo de definir a ordem de tratamento dos riscos, para posterior entrega formal ao Conselho de Administração.

Os 10 riscos identificados foram os seguintes: risco cibernético (citado de forma unânime), risco de obsolescência e descontinuidade dos serviços, risco de dependência de terceiros, risco de capital humano, risco de liquidez de caixa, risco reputacional, risco relacionado a dados não consolidados para tomada de decisão, risco de falhas na integração de processos e unidades, risco de ausência de processo transversal de atendimento ao cliente, entre outros relacionados ao contexto específico da Prodesp.



Para cada risco foi elaborada uma ficha individual contendo descrição, causas, impacto e sua vinculação com os objetivos estratégicos. Durante a apresentação, discutiu-se, por exemplo, que o risco cibernético possui nível crítico, associado ao objetivo estratégico nº 6, e envolve ocorrências de ataques cibernéticos, vazamento de dados ou indisponibilidade de serviços. Foram consideradas causas como ausência de Disaster Recovery - DR, ameaças externas, fragilidades no gerenciamento de identidade e acessos, possíveis vazamentos oriundos de fraude, deficiências nos controles de segurança da informação e vulnerabilidades não tratadas.

Ainda durante a reunião, foi discutida a categorização do risco reputacional, alguns membros apontaram que muitos riscos possuem consequências reputacionais, embora não sejam em si um risco reputacional direto. A Coordenadora esclareceu que, apesar disso, decidiu-se manter o risco reputacional como um item independente, dada sua relevância para a administração pública, principalmente frente à exposição a riscos de corrupção e fraudes. Como justificativa, foi citada uma fala de um diretor: **“Veja o risco de corrupção como o crítico, pois envolve recursos públicos e autoexposição.”**

Foi também esclarecido que esse levantamento atual é um desdobramento dos 17 riscos estratégicos já anteriormente declarados e validados pelos colegiados, representando uma nova perspectiva mais centrada na alta gestão. O trabalho apresentado visa responder diretamente à solicitação do Presidente do Conselho de Administração, que orientou que se identificassem os riscos que efetivamente tiram o sono da diretoria.

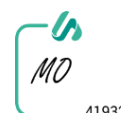
Finalizada a apresentação, os membros do Colegiado Fiscal tomaram **ciência** do trabalho apresentado, reconheceram sua relevância para a governança da Companhia e **recomendaram** o aprofundamento na priorização dos riscos mapeados, bem como a continuidade dos planos de ação e das iniciativas de tratamento já em andamento, como é o caso do **risco cibernético**, que vem sendo tratado com o apoio de consultoria especializada desde o final de abril ou início de maio de 2025.

5. Conhecer a estrutura de gerenciamento da Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno e acompanhar o cumprimento das suas atividades, por meio do exame de pareceres e relatórios emitidos pela área (em atendimento ao Item 5.5 do Planejamento Anual do CF)

Ainda com a palavra, e acompanhada pela Superintendente de Estratégia e Governança, a Coordenadora de Riscos, Controles Internos e Integridade discorreu sobre a estrutura de gerenciamento das áreas de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos, ocasião em que detalhou a atuação da Gerência de de Riscos, Controles e Integridade - GRC da Companhia.

Na ocasião, foi apresentado o propósito estratégico da Gerência, voltado à proteção e sustentação da empresa, por meio de ações integradas e preventivas, com foco no fortalecimento da eficiência operacional, mitigação de riscos, reforço à cultura de integridade, ética e conformidade, e aprimoramento do ambiente de controle. Foi relatada a estrutura organizacional da área, hoje subordinada à Diretoria Jurídica, no âmbito da Superintendência de Governança, composta por duas Coordenadorias, seno uma de Riscos, Controles Internos e Continuidade, e a outra de Integridade, totalizando nove profissionais.

A Coordenadora apresentou as quatro frentes de atuação da gerência: **(i)** Gestão de Riscos, com foco na identificação, avaliação e tratamento dos riscos corporativos e operacionais, apoiando as áreas na mitigação de



seus riscos; **(ii)** Controles Internos, com atividades voltadas à implementação, avaliação e fortalecimento dos controles existentes; **(iii)** Continuidade de Negócios, atualmente em fase de estruturação, com o objetivo de garantir resiliência institucional em situações de crise ou interrupção de serviços; e **(iv)** Integridade e Conformidade, com iniciativas de promoção da cultura ética, adequação normativa e campanhas de sensibilização interna.

Foram destacadas as entregas da Gerência de GRC ao longo do primeiro semestre de 2025, dentre elas: a aprovação da Declaração de Apetite ao Risco da Companhia; o mapeamento de riscos e controles de privacidade e proteção de dados; a revisão do Código de Conduta; a aprovação das políticas de Antissuborno e Compliance; a elaboração da norma de continuidade de negócios; além de ações específicas voltadas ao fortalecimento da cultura de riscos e integridade, como o evento interno sobre gestão de riscos e o trabalho em curso para construção do Plano de Continuidade da Companhia. No segundo trimestre de 2025, mencionou-se, ainda, a criação do procedimento operacional de riscos; a consolidação de informações para suporte à prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE); campanhas temáticas sobre assédio moral; início do mapeamento de riscos de cibersegurança e de terceiros; e proposição dos “**10 Riscos Estratégicos**”, a partir de entrevistas com a alta liderança.

Em relação ao segundo semestre de 2025, foram elencadas as principais iniciativas em andamento ou programadas, que são: realização do “GRC Day”, evento institucional de integração das frentes da gerência; publicação da nova norma de controles internos; integração técnica com as áreas de processos e auditoria para estruturação do planejamento de 2026; contratação de consultoria para estruturação do Plano de Continuidade da Companhia; ações de capacitação sobre o Código de Conduta revisado; regulamentação de temas como brindes e hospitalidades (já alinhada ao Decreto Estadual nº 69.475/2025); e ações voltadas ao onboarding de compliance para novos colaboradores.

Ao final da exposição, os membros do Colegiado Fiscal tomaram ciência do conteúdo apresentado, destacando, com **especial ênfase**, o elevado grau de comprometimento, preparo técnico e clareza demonstrados pelas Sras. Priscilla de Assis Parada, Superintendente de Estratégia e Governança, e Cíntia Andrade Soares do Prado Belchior, Coordenadora de Riscos, Controles Internos e Integridade, cuja atuação foi considerada fundamental para o fortalecimento da governança da Companhia. O Colegiado reconheceu a relevância estratégica da Gerência de GRC para a promoção da integridade institucional e o aprimoramento dos mecanismos de controle, oportunidade em que **recomendou: (a)** o fortalecimento das iniciativas voltadas à integração da Gerência com os demais órgãos internos de controle e assessoramento; **(b)** a continuidade das ações estruturantes nas quatro frentes de atuação da área, com especial atenção à evolução da maturidade dos riscos operacionais e à consolidação das práticas de continuidade de negócios; **(c)** o aprofundamento do trabalho de priorização e tratamento dos riscos estratégicos mapeados, com destaque para o risco cibernético, cujo tratamento já se encontra em andamento com o apoio de consultoria especializada desde abril/maio-2025; e **(d)** o estabelecimento de cronograma para **reporte periódico** e estruturado da Gerência de GRC ao Conselho Fiscal, em linha com as melhores práticas de governança e os normativos regulatórios aplicáveis.



6. Ciência dos processos licitatórios e das modalidades de aquisições e contratações pela empresa, especialmente as realizadas por dispensa e inexigibilidade (atendimento ao item 11.2 do planejamento anual do CF)

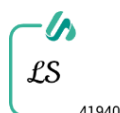
O Sr. Péricles Coutinho, Superintendente de Gestão de Contratos e Serviços, iniciou a apresentação aos membros do Conselho Fiscal demonstrando a quantidade dos processos por inexigibilidade e por dispensa de licitação. Informou que, no mês de junho, foram registrados [REDACTED] milhões em contratações, sendo [REDACTED] milhões referentes à inexigibilidade e [REDACTED] milhões à dispensa, num total de sete processos. No acumulado do ano, o montante é de [REDACTED] milhões. Explicou que houve um crescimento pontual em junho em função da renovação de dois contratos com fundações: Fundação Vanzolini e CNPq. Esclareceu que o contrato com a Fundação Vanzolini já existia há cerca de 3 ou 4 anos, trata-se de projetos baseados em tecnologia, cujo valor é pago conforme a utilização (HH), e tem vigência de 24 meses. O referido contrato está vinculado à Diretoria de Desenvolvimento de Soluções - DDS.

Adicionalmente, destacou-se que, com relação a compras diretas (abaixo do limite de [REDACTED] mil), foram registrados [REDACTED] mil em junho, totalizando [REDACTED] milhão ao longo de 2025, com 16 casos registrados no mês. Foi apresentado, ainda, o histórico mensal consolidado com os gastos, conforme demanda anterior do Colegiado, agora abrangendo o período de janeiro a junho. Houve esclarecimento sobre a assinatura recente de contrato com a Fundação Vanzolini em 27/06/2025, retomando os projetos anteriores, com vigência de 12 meses. O contrato por dispensa com a CPQD foi destacado por possuir vigência de 36 meses, com valores mais significativos, e vinculado à Diretoria de Operações - DOP. O Superintendente confirmou que esses processos de contratação de serviços de consultoria passam pelo Comitê do Gasto, sendo realizada compatibilidade de preços com outros contratos e de acordo com o mercado.

Na sequência, o Sr. Jorge Luiz de Souza, Gerente de Licitações e Suporte Administrativo, abordou os principais indicadores e a metodologia de cálculo da economia gerada nos processos licitatórios, que teve como objetivo atender às solicitações formuladas por este Colegiado em sua última sessão. A apresentação detalhou a metodologia que a diretoria utiliza para a pesquisa de preços, salientando que essa prática se alinha com o **Regulamento Interno**, conforme previsto no **parágrafo 4 do artigo 11**. Este normativo estabelece que todas as licitações e as subsequentes pesquisas de preços devem ser pautadas na obtenção do **menor valor**. Para alcançar tal desiderato, são consultadas e utilizadas diversas fontes de pesquisa, incluindo, Portal Nacional de Compras, contratos anteriores, contratos similares já celebrados, mídias especializadas, planilhas de composição de custos detalhadas e o Portal de Notas Fiscais.

Foi esclarecido que, em alguns casos específicos, todas as fontes usuais são consultadas, mas como houve alteração no objeto da contratação, não se identificou objeto similar, restando como única alternativa válida a obtenção de orçamentos diretamente com fornecedores.

Segundo o Gerente de Licitações a economia calculada a partir da fase de pesquisa de preços é tratada como **“custo evitado”**, sendo esse o indicador aprovado internamente e utilizado como parâmetro de eficiência. Esse conceito é reiterado nas fases posteriores do processo de compras, que podem gerar **economias adicionais** por meio de negociação com fornecedores, ajustes contratuais e redução de escopo. Durante a reunião, o



Conselho também foi informado de que, no mês corrente, ocorreram seis licitações finalizadas, das quais quatro foram homologadas (todas referentes a pregões eletrônicos), uma foi deserta e uma permanece em fase de homologação. Permanecem em andamento 14 licitações, sendo quatro delas suspensas. O Conselho também foi informado de que, no mês corrente, foram finalizadas seis licitações, sendo quatro homologadas (todas referentes a pregões eletrônicos), uma deserta e uma em fase de homologação. Permanecem em andamento 14 licitações, das quais quatro estão suspensas. O valor economizado no período ficou abaixo de [REDACTED] mil, em razão de as licitações envolvidas já contarem com índices de desconto aplicados desde a fase de pesquisa de preços, com destaque para os contratos com o IBGE e a BNF Net, o que resultou em valores mais enxutos já na origem da contratação.

No acumulado do ano, a instituição registrou 45 licitações finalizadas, das quais 40 foram homologadas (38 eletrônicas e 2 presenciais). Houve também uma licitação revogada, uma deserta e três fracassadas, com 14 ainda em andamento. Foi destacado que a eficiência das licitações, medida pelo valor licitado em relação ao planejado, atingiu **39%**. A Diretoria de Operações (DOP) se destacou particularmente em maio/2025, registrando [REDACTED] milhões em "economia".

Após a apresentação, o Conselho tomou **ciência** do tema apresentado e **solicitou** esclarecimentos sobre a situação da licitação **Intragov**. Essa demanda surgiu devido a relatos de diversos questionamentos e a uma possível atuação de órgãos de controle externo (TCE/TCU).

Foi registrado que os [REDACTED] milhões apresentados não representam economia efetiva. Conforme explicado, o valor foi estimado com base em pesquisa de mercado realizada segundo metodologia interna, mesmo sem objeto similar identificado. Todos os meios previstos no Regulamento Interno de Licitações foram esgotados para assegurar a razoabilidade do valor.

Por fim, o Colegiado agradeceu ao Superintendente de Gestão de Contratos e Serviços e ao Gerente de Licitações e Suporte Administrativo pelas informações prestadas

7. Ciência das informações sobre fatos relevantes a serem comunicados ao mercado (atendimento ao item 7.3 do planejamento anual do CF)

A Assessora do Escritório de Governança, Sandra Marinalva da Silva Soares, informou que não houve fatos relevantes a serem comunicados ao mercado, atendendo assim ao planejamento anual do Conselho Fiscal.

8. Acompanhamento das Demandas follow-up (recomendações/solicitações) do Conselho Fiscal

a) Evolução das providências relacionadas à imunidade tributária (especialmente a isenção de ISS)

Com relação ao tema **imunidade tributária da Prodesp**, o Gerente da Controladoria, Sr. Glauber Aleixo Frediani posicionou a evolução do processo judicial anteriormente questionado pelo Conselho. Foi informado que a ação foi inicialmente protocolada na esfera federal, com a assessoria do advogado Schneider, visando ao reconhecimento da **imunidade recíproca** da Companhia em relação a tributos federais. O julgamento ocorreu em fevereiro/2025, após pedido de vistas do ministro Alexandre de Moraes, tendo resultado amplamente favorável à Prodesp, com apenas um voto contrário, do ministro Luiz Roberto Barroso, considerado



tecnicamente equivocado pela assessoria jurídica. O trânsito em julgado se deu em 9 de maio/2025, o que possibilitou o avanço das análises técnicas e administrativas pela Companhia.

A administração apresentou os impactos financeiros esperados com a aplicação da imunidade, esclarecendo que os tributos abrangidos são IRPJ, IOF, entre outros no âmbito federal; ICMS, no estadual; e ISS e IPTU, no municipal. Foi destacado que a imunidade não se aplica a contribuições como PIS/Cofins e demais tributos dessa natureza. Nesse contexto, a administração avaliou a possibilidade de alterar o regime de apuração do PIS/Cofins, de não cumulativo para cumulativo, mas os estudos indicaram que, dada a estrutura de despesas da Companhia, com forte presença de serviços terceirizados e aquisições que geram crédito, o regime atual não cumulativo permanece mais vantajoso, apresentando alíquota efetiva inferior. Assim, decidiu-se pela manutenção do regime não cumulativo, mesmo com o reconhecimento da imunidade.

Foi informado que a ação foi protocolada em 18 de dezembro de 2018, permitindo a apuração dos valores pagos indevidamente a partir dessa data, com possibilidade de restituição dos últimos cinco anos. Estimativas indicam que, no caso do ISS, os valores a serem pleiteados junto às prefeituras de São Paulo e Taboão da Serra somam cerca de [REDACTED] milhões, relativos ao período anterior à decisão, além de aproximadamente [REDACTED] milhões no período entre a decisão e a efetiva aplicação da imunidade. Para os exercícios de 2025 e 2026, projeta-se economia de [REDACTED] milhões e [REDACTED] milhões, respectivamente, em ISS, desde que a imunidade esteja plenamente implementada. No âmbito federal, os valores estimados para restituição de IRPJ alcançam [REDACTED] milhões no período anterior à decisão, com projeções adicionais de [REDACTED] milhões e [REDACTED] milhões nos dois anos subsequentes.

A administração informou que os próximos passos incluem a abertura de processo administrativo junto à Receita Federal para solicitar a restituição dos tributos pagos indevidamente e implementar formalmente a imunidade federal, além da contratação de consultoria jurídica especializada para dar início ao processo no âmbito municipal. Foi esclarecido que o advogado Schneider deve continuar atuando exclusivamente na esfera federal e que a diretoria está avaliando nomes de profissionais com histórico positivo em casos semelhantes para atuar no processo municipal. Considerando a complexidade e o potencial grau de dificuldade para restituição de ISS, especialmente junto à Prefeitura de Taboão da Serra, está sendo priorizada a escolha de uma assessoria jurídica experiente.

Durante os debates, o Conselho Fiscal **destacou** a relevância de se avaliar, como parte da estratégia jurídica, a possibilidade de requerer medida liminar, como mandado de segurança ou outra via judicial, para suspensão imediata do pagamento do ISS, o que poderia evitar o desembolso mensal estimado entre [REDACTED] e [REDACTED] milhões. Tal medida, se viável, contribuiria significativamente para o alívio do fluxo de caixa da Companhia, enquanto os processos de reconhecimento e restituição seguem seu trâmite. **Ressaltou-se**, contudo, que tal medida deve ser avaliada tecnicamente pela consultoria a ser contratada, levando em conta os riscos e implicações legais. O Conselho Fiscal **manifesta** apoio à condução técnica e estratégica apresentada pela administração, reconhecendo o rigor dos estudos e a relevância financeira das medidas em andamento. **Reforça**, entretanto, a importância de celeridade na contratação da consultoria jurídica especializada, para que os trâmites

administrativos e judiciais sejam iniciados com a brevidade necessária, assegurando a efetiva aplicação da imunidade tributária e a recuperação dos valores pagos pela Companhia.

b) Informação se a nova célula criada terá como responsabilidade revisar e negociar as pendências; e
c) Apresentação de proposta de encaminhamento sobre o saldo vencido (cerca de [REDACTED] milhões)

O Conselho Fiscal tomou ciência, durante a reunião, da apresentação realizada pelos Srs. Carlos Cesar Lucas Dias, Assessor Técnico de Negócios Estratégicos e Acordos Operacionais e Ricardo Aragão de Araújo, Superintendente de Sistemas Detran, da recém-criada Gerência de Negócios Detran da Prodesp, acerca dos itens **8b e 8c** da pauta, que tratam das pendências financeiras junto ao Detran-SP. A exposição atendeu ao questionamento anteriormente apresentado em follow-up e teve como objetivo esclarecer a situação atual dos valores em aberto, bem como as ações em curso para saneamento dessas pendências e reestruturação da relação contratual com o cliente.

Os representantes da administração informaram que a Prodesp criou uma gerência específica para o atendimento ao Detran, com estrutura dedicada e foco exclusivo no relacionamento, operacionalização de contratos, faturamento e recebimento de valores. Essa gerência está vinculada à Superintendência de Negócios Detran e visa promover uma mudança estrutural no atendimento ao cliente, com processos mais organizados e padronizados.

No que se refere às **pendências financeiras**, o valor inicialmente apontado foi de [REDACTED] milhões, apurado até os meses de abril e maio de 2025. Contudo, esse montante já se encontra desatualizado, uma vez que o trabalho contínuo de qualificação das pendências revelou valores adicionais, chegando-se ao total atualizado de aproximadamente [REDACTED] milhões em aberto junto ao Detran até meados de julho de 2025. Esses [REDACTED] milhões estão distribuídos nas seguintes categorias: [REDACTED] milhões em apontamentos (serviços já prestados, ainda em análise para validação); [REDACTED] milhões em atestes, dos quais: [REDACTED] milhões aguardam ateste formal do Detran; [REDACTED] milhões foram devolvidos com apontamentos que exigem correções ou complementações; [REDACTED] milhões em notas fiscais já emitidas e enviadas ao Detran, ainda pendentes de pagamento; [REDACTED] milhões em notas fiscais com ateste realizado, mas que sofreram questionamento após emissão, especialmente por conta de mudanças nas diretorias internas do Detran o que levou à reanálise dos processos de prestação de contas; R\$ 7 milhões em notas fiscais referentes a serviços prestados em dezembro/2024, cujas notas foram emitidas em janeiro/2025, mas ainda sem recebimento; [REDACTED] milhões em valores indenizatórios, que são quantias devidas por força contratual mesmo sem a efetiva prestação de serviço, conforme previsão do Decreto nº 40.177.

A administração destacou que os valores indenizatórios vêm sendo discutidos com o Detran, com reuniões em curso, inclusive com agenda marcada no mesmo dia da apresentação, com o objetivo de equalizar o passivo e definir soluções viáveis. Dentre os possíveis encaminhamentos estão acordos de conciliação, glosa técnica, parcelamentos ou, em último caso, a instauração de câmara de arbitragem, conforme regulamentação da Procuradoria Geral do Estado (PGE-SP).

Além disso, a Prodesp tem atuado na padronização dos relatórios de medição, que historicamente apresentavam inconsistências, formatos variados e ausência de evidências suficientes, o que dificultava os

processos de ateste e faturamento. A partir de maio de 2025, foi adotado um novo modelo de relatório, padronizado, com o objetivo de melhorar a qualidade da prestação de contas e evitar retrabalhos. Também foi estabelecido um framework comum com o DETRAN, criando um vocabulário técnico compartilhado entre as áreas envolvidas, a fim de assegurar entendimento uniforme sobre os serviços prestados.

Como resultado, desde a implantação da Gerência de Negócios Detran, observou-se uma redução de aproximadamente 20% no volume de pendências inicialmente identificadas, além da melhoria no tempo de resposta, organização das entregas e maior alinhamento entre as equipes. Reuniões semanais têm sido realizadas com os principais interlocutores do Detran, incluindo diretores das áreas de tecnologia, contratos, CNH, veículos e fiscalização, como parte de um esforço conjunto de reestruturação da relação entre as instituições.

Após a análise da apresentação e dos esclarecimentos prestados, o Conselho Fiscal reconhece o esforço da administração para lidar com um passivo expressivo, de complexidade técnica e operacional significativa, que afeta diretamente o fluxo de caixa da Companhia, seu planejamento financeiro e a execução de suas metas. O valor de [REDACTED] milhões em aberto com um único cliente, sendo grande parte já relacionado a serviços prestados, representa um risco material que demanda acompanhamento contínuo.

Nesse contexto, o Conselho **manifesta** seu apoio à abordagem adotada pela Diretoria, parabenizando a criação da Gerência de Negócios Detran como medida estratégica e acertada. **Recomenda** que a Diretoria mantenha a priorização absoluta da regularização dos valores pendentes, com **atenção especial** às notas **fiscais emitidas** e aos **valores indenizatórios**, e **sugere** que, à medida que os novos processos se consolidem, os aprendizados obtidos sejam documentados como boas práticas a serem replicadas em outros contratos estratégicos da Prodesp. Além disso, **solicita** que o Conselho seja atualizado periodicamente quanto à evolução da regularização desses valores, com **ênfase** nas pendências superiores a 60 dias.

Por fim, o Conselho Fiscal agradeceu o exposto, **reiterando** que essa frente de trabalho é estratégica não apenas do ponto de vista financeiro, mas também institucional, entendendo que a reorganização da relação com o Detran pode se consolidar como um **case de transformação interna**, com efeitos positivos e duradouros na governança, na gestão contratual, no relacionamento com os clientes e na imagem da Companhia perante seus órgãos de controle.

d) Status sobre a comunicação individual e clara aos colaboradores beneficiados, com informações sobre valores restituídos e critérios; e e) Status da conclusão dos pagamentos retroativos pendentes, especialmente aos colaboradores desligados;

O Sr. Pedro Augusto Chibebe Waller, Gerente de Recursos Humanos, apresentou ao Conselho esclarecimentos sobre o benefício **filhos excepcionais**, em atendimento a solicitação previamente encaminhada. O benefício mensal no valor de [REDACTED] vinha sendo pago aos colaboradores, porém, a partir de 2020, passou a ser registrado como verba tributada, o que gerou a necessidade de reclassificação para verba isenta de tributação, como de fato deveria ser. Diante disso, foi realizado o cálculo para restituição dos valores pagos indevidamente com tributação aos empregados.


41940
39619
45134
41932

A restituição foi realizada em dois períodos distintos. O primeiro abrangeu de julho de 2020 a julho de 2021, contemplando 25 empregados ativos e 5 inativos. Já o segundo período corresponde ao intervalo entre agosto de 2021 e dezembro de 2023, contemplando outro grupo de colaboradores. Ao todo, o valor restituído aos empregados totalizou [REDACTED] mil. Todos os colaboradores e ex-colaboradores incluídos nesses dois blocos receberam e-mails explicativos, detalhando a restituição e orientando sobre os procedimentos.



No momento, restam três casos pendentes. Um dos beneficiários está envolvido em acordo judicial, e o pagamento será feito no âmbito desse acordo. Outro é um ex-empregado falecido, cujo valor será tratado por meio de processo de inventário. O terceiro caso diz respeito a um ex-funcionário que, por diversas razões, ainda não forneceu os dados bancários para o recebimento.

Foi informado que o Diretor Jurídico, de Governança e Gestão, Sr. Andre Luiz Sucupira Antonio, Diretor Jurídico, tomou conhecimento da situação na semana anterior e que a administração está encaminhando o depósito judicial desses valores pendentes, garantindo assim a regularização completa do processo.

Ao final do exposto, o Conselho expressou **satisfação** com os esclarecimentos prestados pelo Gerente de Recursos Humanos, destacando que houve **boa condução do tema**, com um trânsito de informações eficiente e transparente junto ao Conselho, e que houve **acompanhamento ativo** da comunicação ao longo do mês, inclusive com validação de entendimentos.

O Conselho destacou, de forma **enfática**, a atuação da **equipe do Escritório de Governança** na condução da reunião, reconhecendo não apenas a competência técnica, mas também a clareza, organização e fluidez na apresentação dos temas. Foram registrados elogios à dedicação e ao empenho da equipe envolvida, que demonstrou elevado comprometimento com a qualidade das entregas e com o fortalecimento dos processos internos. Houve, ainda, reconhecimento ao **follow-up criterioso** apresentado, que abordou de maneira clara e estruturada os temas previamente questionados, evidenciando um trabalho atento e alinhado às expectativas do Conselho. **Reforçou-se**, assim, a importância de manter esse padrão de excelência nos próximos encaminhamentos, como elemento essencial para a consolidação de uma cultura de governança sólida, transparente e eficaz.

Em relação aos itens **f)**, **g)** e **h)** da pauta, a saber: **f)** Status da revisão da metodologia utilizada para apuração de "economia nas licitações", distinguindo claramente entre economia efetiva, baseada em comparações concretas, e economia projetada, fundamentada em estimativas de mercado; **g)** formalização técnica dos motivos que inviabilizem o uso de contratos anteriores como referência em novas contratações, especialmente em casos de alterações substanciais no objeto e **h)** Informações do histórico mensal consolidado dos gastos com "inexigibilidades e dispensas de licitação", todos esses pontos foram devidamente abordados e detalhados no **item 6** da pauta, contando com exposição técnica e documentação de suporte que permitiram o adequado esclarecimento ao Conselho.



LS
41940
SS
39619
RCOV
45134
MD
41932

9. Outros assuntos de interesse social

Não houve outros assuntos de interesse social

ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA: Não havendo outros assuntos a serem tratados e tendo sido esgotada a pauta do dia, os membros do Conselho Fiscal agradeceram a atenção e a colaboração de todos, declarando encerrada a presente reunião. E eu, **Sandra Marinalva da Silva Soares**, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, foi devidamente assinada pelos senhores membros do Conselho.

Documento assinado digitalmente

 **TARCILA PERES SANTOS**
Data: 22/10/2025 12:42:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TARCILA PERES SANTOS

Presidente do Conselho Fiscal


Maurício Barutti De Oliveira

41932

MAURÍCIO BARUTTI DE OLIVEIRA

Membro do Conselho Fiscal


Roberto César De Oliveira Viégas

45134

ROBERTO CÉSAR DE OLIVEIRA VIÉGAS

Membro do Conselho Fiscal


Sandra Marinalva Da Silva Soares

39619

SANDRA MARINALVA DA SILVA SOARES

Assessora da Coordenadoria de Escritório de Governança

Secretária da Reunião


LuZIA Valeria Sarno

41940

LUZIA VALÉRIA SARNO

Membro do Conselho Fiscal

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO

Membro do Conselho Fiscal

Minuta Ata Reunião Ord CF 15-07-2025_vfinal.pdf

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: E720B-2C117-774E6



Solicitação de assinatura iniciada por: Sandra M. d. S. S. em 30/09/2025

Assinaturas



Sandra Marinalva da Silva Soares
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 30 de setembro de 2025, 16:56:40 | [Redacted] | [Redacted]
[Redacted] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 140.0.0.0, Windows 10 | [Redacted]



Roberto César de Oliveira Viegas
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 30 de setembro de 2025, 17:54:15 | [Redacted] | [Redacted]
[Redacted] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 140.0.0.0, Windows 10 | [Redacted]



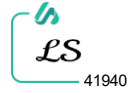
Mauricio Barutti de Oliveira
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 01 de outubro de 2025, 08:35:15 | [Redacted] | [Redacted]
[Redacted] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 140.0.0.0, Windows 10 | [Redacted]



Luzia Valeria Sarno
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 06 de outubro de 2025, 09:37:14 | [REDACTED] | [REDACTED] | [REDACTED]
[REDACTED] Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 140.0.0.0,
Windows 10 | [REDACTED]



Wagner de Campos Rosário
Assinatura Pendente